

CONTANDO HISTÓRIAS E BRINCANDO COM AUTISTAS NO ENSINO REGULAR

24

TELLING STORIES AND PLAYING WITH AUTISTIC PEOPLE IN
REGULAR EDUCATION

CONTAR HISTORIAS Y JUGAR CON PERSONAS AUTISTAS EN LA
EDUCACIÓN REGULAR

Marcos Mauricio Gomes

<https://orcid.org/0000-0002-3085-1055>

E-mail: gomesgondim@hotmail.com

Silvio Cesar de Sousa Cabral

<https://orcid.org/0009-0006-6508-7583>

E-mail: silviofsba@gmail.com

Rosemary Lacerda Ramos

<http://orcid.org/0000-0002-7888-9677>

E-mail: rosel.ramos@gmail.com

RESUMO

As contações de histórias e as brincadeiras são práticas antigas que têm um papel significativo no desenvolvimento de crianças com autismo. Elas provocam mediação inclusiva e terapêutica que educam, transmitem valores e estimulam a imaginação. Tanto a brincadeira quanto a contação de histórias podem ser usadas como mecanismos de inclusão, socialização e inserção das crianças na sociedade e na escola. Este artigo explora como essas práticas podem beneficiar crianças com Transtorno do Espectro Autista (TEA) e compartilha informações sobre a falta de profissionais especializados nas escolas regulares. Esperamos que este material contribua para o desenvolvimento de futuras metodologias de inclusão nas escolas.

PALAVRAS-CHAVE: Contação de Histórias. Brincadeiras. Autismo. Formação Docente.

ABSTRACT

Storytelling and play are ancient practices that play a significant role in developing children with autism. They are inclusive and therapeutic way that educate, transmit values, and stimulate imagination. Both play and storytelling can be used as mechanisms for inclusion, socialization, and integration of children into society

and school. This article explores how these practices can benefit children with Autism Spectrum Disorder (ASD) and shares information about the lack of specialized professionals in regular schools. We hope that this material will contribute to the development of future inclusion methodologies in schools.

KEYWORDS: Storytelling. Games. Autism. Teacher Training.

RESUMEN

Contar cuentos y jugar son prácticas ancestrales que desempeñan un papel importante en el desarrollo de los niños con autismo. Provocan una mediación inclusiva y terapéutica que eduque, transmiten valores y estimulan la imaginación. Tanto el juego como la narración de cuentos pueden utilizarse como mecanismos de inclusión, socialización e inserción de los niños en la sociedad y la escuela. Este artículo explora cómo estas prácticas pueden beneficiar a niños con Trastorno del Espectro Autista (TEA) y comparte información sobre la falta de profesionales especializados en las escuelas regulares. Esperamos que este material contribuya al desarrollo de futuras metodologías de inclusión en las escuelas.

PALABRAS CLAVE: Separar. Narración. Juegos. Autismo. Formación Docente.

INTRODUÇÃO

Este texto se propõe a discutir de que forma as brincadeiras e a contação de histórias provocam a inclusão escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA), a partir do ensino fundamental, séries iniciais. Considera que tanto as brincadeiras, quanto a contação de histórias podem servir de mediação pedagógica para contribuir, nas salas de aula do ensino regular, como instrumento de inclusão de estudantes com TEA nas salas de aula do ensino regular, contribuindo também como auxiliar na interação social e na aquisição de vocabulários novos, além de cooperar nas diversas vertentes do aprendizado dessas pessoas.

Segundo os autores Lopez, Garcia, Monge, Lafuente, Perez, Garcia et al. (2006), conhecido como Transtorno do Espectro Autista, o autismo tem como definição a síndrome comportamental que compromete o desenvolvimento motor e psiconeurológico, dificultando a cognição, a linguagem e a interação social da pessoa desde a fase infantil.

Dessa forma, e com base nas diversas comorbidades que entrelaçam o

espectro do autismo, percebemos com é difícil trabalhar com inclusão escolar desse grupo de discentes, sendo um desafio constante na rotina da educação especial ou nas escolas regulares.

Em nosso campo de trabalho, é comum ouvirmos relatos de pais e cuidadores que denunciam o bullying¹ sofrido por seus filhos/as em sala de aula, além de observarem a falta de preparo dos docentes da escola regular para receber e lidar com a educação especial nas salas superlotadas.

Outro desafio relatado por pais e cuidadores da pessoa com TEA, e que é apontado como um bloqueio para a inclusão escolar é a falta de Profissional de Apoio Escolar (PAE) nas salas de educação regular, sendo recorrente observarem seus filhos/as deixados ao fundo das salas de aula ou sozinhos nos pátios da escola, com a justificativa de que, além de atrapalharem as aulas, não conseguem acompanhar o aprendizado dos seus colegas.

Estes tipos de comportamento ao invés de inclusão escolar realizam e reforçam a cada dia mais a exclusão escolar, segundo Benitez e Domeniconi (2015), não podemos pensar na inclusão escolar de pessoa com deficiência (PCD) como uma obrigação prescrita na lei, e, sim, como uma prática pedagógica que deve estar embasada em um modelo educacional enraizado na defesa de uma educação voltada à diversidade e aos direitos humanos.

É importante salientar que, de acordo com a Lei nº 13.146/2015, art. 3º, inciso XIII, o Profissional de Apoio Escolar (PAE) “exerce atividades de alimentação, higiene e locomoção de estudante com deficiência e atua em todas as atividades escolares nas quais se fizer necessário”, em todos os níveis e modalidades de ensino, em instituições públicas e privadas, excluídas as técnicas ou os procedimentos identificados com profissões legalmente estabelecidas.

Todavia, ainda encontramos na inclusão escolar vários desafios, dentre eles, ausência de uma equipe especializada, corpo docente despreparado para

¹ Segundo Neto (2003), por definição, *bullying* compreende todas as atitudes agressivas, intencionais e repetidas, que ocorrem sem motivação evidente, adotadas por um ou mais estudante contra outro(s), causando dor e angústia, sendo executadas dentro de uma relação desigual de poder. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/biblio-931469> Acesso em 19 ago 2024.

receber PCD com TEA, dificuldade de adaptação de material didático que auxilie em sala de aula, escolas sem salas de Atendimento Educacional Especializado (AEE), sendo esses problemas apontados como principais fatores que dificultam a inclusão escolar. (Silveira, Enumo & Rosa, 2012).

Trabalhando no Centro de Apoio Pedagógico Especializado Pestalozzi da Bahia (CAPE-Pestalozzi), acreditamos ser possível a inclusão escolar eficiente, através do envolvimento da comunidade escolar, incluindo conscientização e formação do corpo docente da escola, preparação do corpo discente e da equipe de colaboradores da escola, através de treinamento que vise o acolhimento desses/as educandos/as que chegam a cada ano nas unidades educacionais.

Ainda falando sobre a inclusão escolar, a história tem dado provas da luta travada por familiares de pessoas com deficiência para obtenção dos seus direitos à saúde e a educação, através de inúmeras convenções e declarações que são assinadas ao redor do mundo a exemplo da Declaração de Salamanca (1994).

Com a expansão dos estudos a partir da década de 1960, levando a um maior entendimento e conhecimento sobre o TEA, grupos de ativistas iniciaram lutas pelos direitos dos autistas. Vários movimentos surgiram no Brasil e no mundo reivindicando a inclusão de PCD nas escolas regulares. No Brasil, o acesso à educação básica é direito de todos e está assegurada pelo Ministério da Educação (Almeida; Felizardo, 2015; De Araujo Nogueira et al., 2016).

Tendo maior abrangência a partir da década de 90, vários movimentos surgem com a escopo de incluir crianças com Necessidades Educativas Especiais (NEE) nas escolas regulares. Dessa forma, as autoridades mundiais passam a redigir documentos que venham a respaldar e legalizar a obrigatoriedade do oferecimento de vagas destinadas a este público nas escolas. Entre esses documentos, temos a Declaração Mundial de Educação para Todos (UNESCO, 1990), juntamente com a Convenção de Direito da Criança (UNESCO, 1988) e a Declaração de Salamanca (UNESCO, 1994), essa última estabelece que toda pessoa (criança, jovens e adultos) típicas ou atípicas, devem usufruir das mesmas oportunidades, inclusive a inclusão escolar em classes regulares.

A Constituição Federal do Brasil de 1988 (**Brasil, 1988**), passa a contar em seu artigo 208, a obrigatoriedade da matrícula de pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino. Direito esse, que lhes é garantido pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação (**Brasil, 1996**) e no Estatuto da Pessoa com Deficiência (**Brasil, 2015**).

A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (**Brasil, 2008**) garante o Atendimento Educacional Especializado e uma série de possibilidades/recursos, a fim de que a educação seja de qualidade para todos, considerando a diversidade dos educandos presente na sala de aula.

Uma vez que a Educação Infantil, dos 04 aos 05 anos, passou a ser obrigatória no Brasil através da [Emenda Constitucional Nº 59, de 11 de novembro de 2009](#), que se torna uma Emenda Constitucional à Lei que, então, passa a determinar a obrigatoriedade da Educação Básica dos quatro aos 17 anos” (Brasil, 2009, art. 208), os governos passaram a ser responsáveis pela inclusão de pessoas com deficiência nas suas várias esferas, tanto redes Municipais, Estaduais e Federais de ensino.

No sentido de alcançar o objetivo posto neste texto, apresentamos na seção seguinte a discussão sobre a contação de histórias e brincadeiras na inclusão de PCD TEA. Logo depois apresentamos a metodologia e, em seguida, as considerações finais.

PERCURSO METODOLÓGICO

A pesquisa em andamento é de cunho bibliográfico, uma vez que segundo Andrade (2010, p. 25), “se constitui [como] o primeiro passo para todas as atividades acadêmicas.”. Dessa forma, podemos afirmar ser a pesquisa bibliográfica o tipo de trabalho utilizado na academia como prioritário, pois dele se baseiam as pesquisas de campo e de laboratório. Além de respaldar todos os outros tipos de pesquisa através da investigação e levantamento de dados acadêmicos de trabalhos que já foram publicados e respaldados cientificamente.

O desenvolvimento do presente artigo fez-se a partir de estudos bibliográficos a partir de plataformas eletrônicas como Biblioteca Eletrônica Científica Online (SCIELO) e Google Acadêmico, durante o mês de julho de 2024, utilizando como recorte da pesquisa os marcadores de autismo, educação, contação de histórias e brincadeiras. Foram considerados os artigos disponíveis nas plataformas eletrônicas e que comungassem com a temática a ser abordada.

Ainda, como professores de AEE, estabelecemos reflexões entre a literatura localizada e nossas experiências com nossos/as estudantes, muito embora esta não seja uma pesquisa de campo. Assim, fomos mesclando as leituras e fichamentos dos artigos selecionados com nossas vivências no dia a dia do trabalho com o AEE que se configura como a mediação pedagógica que visa possibilitar o acesso ao currículo pelo atendimento às necessidades educacionais específicas dos alunos com deficiência, transtorno do espectro autista (TEA) e altas habilidades/ superdotação, público da Educação Especial, devendo a sua oferta constar do projeto pedagógico da escola, em todas as etapas e modalidades da educação básica. Uma das ações do professor de AEE é identificar, elaborar e organizar recursos pedagógicos e de acessibilidade que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos pois as atividades desenvolvidas no AEE diferenciam-se daquelas realizadas na sala de aula comum, não sendo substitutivas à escolarização (BRASIL, 2020).

CONTAÇÃO DE HISTÓRIAS E AS BRINCADEIRAS PARA O TEA.

Este texto destaca a contação de histórias e as brincadeiras em sala de aula regular como estratégia de fortalecimento da inclusão do aluno com TEA, uma vez que através das brincadeiras e contações de história as crianças são incentivadas a imaginar um mundo diferente, representar personagens do mundo imaginário e, desta forma, adquirir novos conhecimentos e vocabulário.

Ao introduzirmos as brincadeiras e a contação de histórias nas classes de ensino regular, pretendemos apresentar aos/às professores/as uma proposta de mediação docente para ações didáticas de inclusão de estudantes autistas.

Embasamo-nos na perspectiva de trabalhar o imaginário de estudantes PCD ou não, mas principalmente os/as que têm grande dificuldade em entender os códigos sociais.

As contações de histórias têm sido passadas de geração para geração, desde a infância, com a intervenção de um ou mais adultos, sendo iniciado, em muitos casos, pelos pais, à beira da cama das crianças, com uma função intrínseca de acalmar as crianças e conectá-las ao imaginário e ao fantástico. As brincadeiras têm papel de socializar pessoas desde a mais tenra infância.

A contação de histórias e as brincadeiras têm significativa importância para a educação, principalmente a Educação infantil, por sua capacidade de contribuir com a mobilização e desenvolvimento das múltiplas dimensões da criança, desde sua cognição até os aspectos socioemocionais, o que pode ser constatado em farta literatura. Sobre o brincar, Martins e Goes (2013) afirmam que:

A característica central do brincar está no fato de que a criança aprende a agir no campo da significação ao invés de se restringir ao campo perceptual, dependendo mais de suas motivações que das características dos objetos externos. Assim, o campo percebido perde sua força determinante e a criança passa a agir de maneira diversa frente àquilo que vê, operando com significados libertos das características dos objetos e das ações às quais estes estão habitualmente vinculados.

Sobre a contação de histórias, Battistello et all (2020) afirmam que quando adentramos o mundo da narrativa, passamos a ativar a imaginação, possibilitando ao leitor, independente da sua idade, navegar por mares nunca navegados pessoalmente, viver experiências nunca vividas ou mesmo sonhadas, se expor a novas sensações, oferecendo ao ouvinte a oportunidade de se transformar em um ser mais humano e sensível. Ainda sobre a contação de histórias e as fábulas lidas em sala de aula, Basttistello et all (2020) disserta que:

As fábulas, nesse sentido, cuja origem está na tradição oral, apresentam-se como possibilidade de trabalho com a Literatura já desde a Educação Infantil, uma vez que a abordagem traz afirmações de fatos imaginários sem intenção deliberada de enganar, mas de promover uma crença na realidade dos acontecimentos.

Sonhos, esperanças e criatividade são sentimentos de difícil acesso para

crianças com TEA, desta forma, ao fazermos presente em nossas aulas tanto a contação de histórias através da oralidade, quanto leituras de livros de contos diversos acoplados às brincadeiras, buscamos incentivar estudantes com TEA a desenvolverem a sua criatividade e a ampliar seu campo social, uma vez que tanto a contação de história, ou leitura de histórias, quanto as brincadeiras, possibilitam ao aprendiz, decifrar a si mesmo, adentrando em outros mundos, sejam eles o mundo real ou o criado pelas palavras e pelas imaginações, o que leva a trabalhar a interação e a real inclusão na educação (Battistello et all 2020).

Jesualdo (1938 apud Battistello et all, 2020), afirma que, no que diz respeito à escolha do texto literário para crianças, devemos levar em conta que não seja um texto abstrato, porém, deve explorar a imaginação e a dramaticidade. Nesse caso, o professor, a professora devem estar atentos/as para as técnicas das narrativas e para a linguagem a ser utilizada na contação de histórias. Inclusive, ter ciência de que, como ressalta Coelho (1992), contar histórias é ação oral que dispensa qualquer papel, o que se difere da leitura de livros ou textos em voz alta, ambas ações importantes na escola, mas que precisam ter seu lugar nos planejamentos didáticos de forma equitativa.

Dessa forma, devemos levar em conta que PCD com TEA tem dificuldades nos relacionamentos sociais e que são muito literais em suas compreensões e interpretações, portanto, o uso de onomatopeias, uma linguagem de fácil compreensão, a atenção no hiperfoco, acoplados à utilização de recursos como, bonecos, cartazes, instrumentos musicais, entre outros, são de grande valia ao escolhermos as brincadeiras e as histórias a serem trabalhadas em nossas turmas.

Outro fator a ser observado, é a manutenção da rotina, tanto nas brincadeiras quanto na contação ou leitura de histórias, assim sendo, buscamos evitar a ansiedade nos/as nossos/as alunos/as com TEA ao trabalharmos nas salas de aula. A utilização do mesmo ambiente e do mesmo dia e hora para esta contação de histórias e brincadeiras para PCD com Tea oportunizam conforto e tende a diminuir possíveis rejeições e crises oriundas das mudanças de rotina.

As mudanças podem contribuir como fatores desencadeadores de

crises em estudantes com TEA, isto posto, observar e escolher um local agradável e seguirmos uma rotina com dia e hora marcada para a contação de histórias, leitura de histórias se fazem necessários para a introdução desse processo de mediação didática.

Segundo Campos e Magnani (2024), alguns aspectos de PCD com TEA devem ser levados em consideração ao planejarmos as atividades que envolvam a contação de histórias e as brincadeiras a serem aplicadas. De acordo com os autores, são elas: resistência a mudanças de rotina e ambiente; hiperatividade; déficit de atenção e hiperfoco.

Dos direitos adquiridos por estudante com TEA estão listados a participação ativa e efetiva nas atividades escolares, e, nesse particular, as brincadeiras, as leituras e as contações de histórias são essenciais. Por consequência, devemos buscar ressaltar a necessidade de observarmos os aspectos acima citados para obtermos êxitos junto aos nossos/as estudantes, incluindo, incentivando a participação nas atividades em conjunto com estudantes típicos, sem consequentemente esbarrarmos na exclusão ou negação de PCD do convívio social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ouvir histórias através das narrativas de pais e avós talvez seja o primeiro contato que a criança tem com a literatura. Dessa forma, se faz necessário pontuar a importância dessa atividade no aprendizado infantil.

É a partir do escutar e, posteriormente, interagir com as histórias infantis que passamos a criar um mundo de fantasias e colocar os nossos/as pequenos/as em contato com o lúdico, assim sendo, não podemos desvincular a arte do contar história com a arte de brincar, tendo como objetivo principal trabalhar a descoberta de novos sons, novas emoções e novas palavras.

Todavia, não devemos deixar de observar que as brincadeiras e o contar histórias também é uma forma de inclusão escolar dos nossos/as alunos/as autistas nas escolas regulares. Com isso, chamamos atenção para a

participação desse grupo de discentes e aprendizes que poderão aprender muito se forem incentivados a fazerem parte dessas atividades.

Nas experiências de trabalho com autistas, percebemos como é importante a inserção deles/as na sociedade. No início, sentimos resistência tanto por parte dos educandos/as, quanto por parte dos pais e cuidadores, contudo, utilizando técnicas docentes através de contação de histórias, acabamos por quebrar a primeira barreira e colocamos nossos alunos/as a interagirem conosco e com outras crianças.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, A.J.F; FELIZARDO, S. **Alunos com perturbações do espectro do autismo, interação com os pares e inclusão escolar**: Percepções das crianças do 1º ciclo do ensino básico trabalho de projeto de Educação Especial. 2015.

BATISTELLO; Viviane Cristina de Mattos et al. **A contação de histórias para crianças autistas**. Letras de hoje Porto Alegre, v. 55, n. 3, p. 342-350, jul.-set. 2020 | e-34946

BRASIL. *Constituição Federal de 1988. Da educação especial*. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=430-constituicao-de-1988&category_slug=documentos-pdf&Itemid=30192

_____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: MEC, 2008. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeducspecial.pdf>

_____. Lei Nº 13.146, de 6 de julho de 2015. **Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)** Recuperado de http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Disponível em: < http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm >. Acesso em: 08 de julho de 2024.

DECLARAÇÃO DE SALAMANCA: Sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educativas especiais. Salamanca – Espanha, 1994.

DE ARAUJO NOGUEIRA et al. **Oficinas pedagógicas**: construindo estratégias para a atuação docente no ensino de alunos autistas-Relato de experiência. IJHE Interdisciplinary Journal of Health Education, v. 1, n. 1, 2016.

MARTINS, A. D. F.; GÓES, M. C. R. DE. Um estudo sobre o brincar de crianças autistas na perspectiva histórico-cultural. **Psicologia Escolar e Educacional**, v. 17, n. 1, p. 25–34, jun. 2013.

SILVA, Maria Betty Coelho. Arte de contar histórias: a voz, o canto, o ritmo, o estudo no percurso da história contada. In: **Revista Faeeba**. Ano 7, n. 1 (jan/jun, 1992) Salvador-UNEB, 1992. Disponível em <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/issue/view/258>

TAMANAHA, Ana Carina, Perissinoto, Jacy e CHIARI, Brasília Maria. **Uma breve revisão histórica sobre a construção dos conceitos do Autismo Infantil e da síndrome de Asperger**. Revista da Sociedade Brasileira de Fonoaudiologia [online]. 2008, v. 13, n. 3 Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1516-80342008000300015>>. Epub 18 Set 2008. ISSN 1982-0232. <https://doi.org/10.1590/S1516-80342008000300015>.